



ATA DE REUNIÃO

Evento	Reunião do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações
Data	25/4/2025
Horário	15h
Local	Telepresencial pelo <i>Google Meet</i>
Presentes	- Desembargador Vice-Corregedor Regional e Coordenador substituto, Edison dos Santos Pelegrini; - Juíza Auxiliar da Presidência, Ana Claudia Pires Ferreira de Lima (titular); - Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional, Daniela Macia Ferraz Giannini; - Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser; - Secretário de TIC, Herbert Wittmann; - Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti; - Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes; - Servidor da Assessoria da Escola Judicial, Alessandro Quinones Schumacher; - Servidora da Assessoria de Conhecimento de Campinas e representante do 1º Grau, Maria Fabiana Marão Ferrenha; - Chefe da Divisão de Apoio aos Comitês e às Comissões, Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas	- Desembargador Coordenador, Edmundo Fraga Lopes; - Juiz Auxiliar da Presidência, Sérgio Polastro Ribeiro (suplente); - Alessandro Tristão (Juiz de Primeiro Grau); - Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida; - Secretária da Administração, Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson; - Assessora da Escola Judicial, Ana Maria da Silva Oliveira.
Pauta / Assuntos	1- iGov-TIC - Simulação do resultado do índice para 2025; 2- PDTIC; 3- Acompanhamento do Plano de Contratações de TIC; 4- Acompanhamento do Plano de Capacitação de TIC.

O Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional, Edison dos Santos Pelegrini, Coordenador substituto do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Passou, em seguida, ao debate dos assuntos pautados e compartilhados anteriormente pelo Google Agenda, solicitando que o Secretário de TIC posicione o Colegiado a respeito de cada tópico.

1- iGov-TIC - Simulação do resultado do índice para 2025 - prosseguimento da reunião de 27/3/2025:

Herbert elucidou que algumas áreas não conseguiram comprovar as evidências ainda. No entanto, a pontuação prevista na simulação realizada seria de 91 pontos, mantendo o



06/04/2025 16:32



mesmo grau de excelência, que é atingido a partir de 90 pontos, atendendo o objetivo de manutenção do grau obtido no ano passado. Ressaltou que esta pontuação seria obtiva caso as evidências fossem coletadas e aprovadas pelo CNJ.

Todavia, nesta semana, chegou mensagem aos Secretários de TIC de que o prazo de aferição do iGovTIC foi antecipado e que não será mais para julho. Já foi disponibilizada a plataforma para as respostas e as comprovações, cujo prazo estará aberto até 30 de maio.

Pela documentação publicada no portal do CNJ, pela plataforma Integra, o nível de exigência de cada questão aumentou bastante, exigindo inclusive comprovação e maior detalhamento, entre outras coisas.

Por causa disso, Herbert propôs que a construção de evidências e simulações seja substituída pela versão a ser efetivamente respondida, com a disponibilização às áreas das questões que precisam de cumprimento, resposta e evidência, tudo a ser realizado com prioridade. Será necessário, posteriormente, que um gestor do Tribunal valide cada item, para cumprimento do prazo pelo Tribunal. Após, o CNJ analisará e eventualmente abrirá prazo para recursos, antes de dar notas.

A sistemática a ser adotada consiste na disponibilização aos responsáveis do questionário atualizado para preenchimento. Cada responsável responderá e colocará as evidências na plataforma Integra do CNJ e o(s) gestor(es) responsáveis validarão as informações na mesma plataforma.

Dr. Edison sugeriu estabelecer um calendário com prazos para as áreas preencherem, depois o gestor validar, antes do prazo final. Herbert complementou que seria importante antecipar a reunião de maio deste Colegiado em uma semana.

lara questionou se há novos itens, com resposta do Herbert de que o que mudou principalmente foi a forma de se comprovar as evidências com algumas novas questões, ainda em verificação.

A sugestão do calendário para cumprimento foi então decidida da seguinte forma: para as áreas o prazo será até dia 20/5/2025, o gestor do Tribunal terá de 21 a 28/5/2025 para aferição e consultas complementares às áreas e o Comitê fará reunião para a análise final em 29/5/2025, para eventuais ajustes e envio no prazo.



Datas aprovadas.

2- PDTIC 2025 - [PROAD 1579/2025](#):

Para dar *feedback* ao Comitê, o Secretário de TIC informou que o Plano Diretor de TIC foi aprovado, tanto por este grupo como pela Excelentíssima Desembargadora Presidente, estando publicado no site e com as atividades em execução, conforme planejado.

Acerca ainda do PDTIC deste ano, Herbert requereu, ao final, que as duas ações do Laboratório de Inovação sejam ratificadas pelo Comitê, sugerindo à Presidência a atualização do PDTIC para inclusão desses dois pontos. O Comitê votou a favor da sugestão.

Também demonstrou aos presentes, um painel de acompanhamento das ações que estão previstas no plano e que estarão disponíveis no sítio do Tribunal para todos.

3- Acompanhamento do Plano de Contratações de TIC:

Foi aprovado o orçamento de 2025 recentemente, com processos licitatórios em andamento, mas previsão de eventuais cortes, tendo em vista a restrição orçamentária e a necessidade de manutenção do que já existe para o Tribunal.

Haverá reunião dos Secretários de TIC com CSJT para mais detalhamento sobre possíveis repasses, o que oportunamente será compartilhado com o Colegiado.

4- Acompanhamento do Plano de Capacitação de TIC:

Alessandro, representando a Escola Judicial, explicou que, entre as plataformas de capacitações para a área de Tecnologia da Informação, a Alura informou que, dos 457 cursos disponíveis, foram realizados 138 e 133 já foram iniciados, o que equivale a 30% para o primeiro trimestre, atingindo o que se propôs a cumprir.

Da Udemy, houve um percentual de 10% de cursos concluídos daqueles contratados por enquanto.

Herbert ponderou que a Udemy disponibiliza mais cursos na parte de infraestrutura e que todos os servidores também têm a possibilidade de fazer outras capacitações gratuitas nas plataformas, além daquelas obrigatórias e necessárias, permitindo aprimoramento e



atualização.

Dr. Edison indagou se há divulgação de cada curso, porém as licenças são cadastradas por usuários, trazendo economia no gerenciamento.

Além disso, há o Plano de Capacitação da ETIR, com inscrição de seis servidores para o corrente ano, para capacitação em segurança da informação.

Maria Fabiana sugeriu que a Escola Judicial promova treinamento sobre inteligência artificial, para gestores ou executores, para que sejam multiplicadores do que é possível utilizar de IA na esfera gratuita.

Dr. Edison e Dra. Daniela questionaram se há projetos direcionados à IA e ao painel BI, ao que Herbert explicou que a maioria da equipe da SETIC atualmente está em implantação de soluções de outros Regionais, sendo os demais dedicados aos projetos locais. Há também, desde o segundo semestre do ano de 2024, cerca de nove licenças do PowerBI distribuídas a outras áreas, para que essas possam desenvolver seus painéis.

Iara e Maria Fabiana solicitaram que seja compartilhado link de curso do CNJ disponível sobre o PowerBI, por exemplo, para melhoria dos conhecimentos, com a concordância do Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Nada mais a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Edison dos Santos Pelegrini agradeceu a presença de todos os integrantes, encerrando a reunião às 15h53.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em	25/4/2025
Ata aprovada por	Desembargador Coordenador substituto, Edison dos Santos Pelegrini	Em	28/4/2025

